

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1278/2020-PGJ, DE 16.4.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva o 1º período de férias, que seriam usufruídas de 29.6 a 18.7.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1279/2020-PGJ, DE 16.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4551/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 20.8.2017, que seria usufruído no dia 26.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1280/2020-PGJ, DE 16.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 444/2020-PGJ, de 4.2.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 24.3.2018, que seria usufruído no dia 25.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1270/2020-PGJ, DE 16.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Arthur Dias Junior	30	1º a 30.4.2020
Cristiane Mourão Leal Santos	24	1º a 24.4.2020
Douglas Silva Teixeira	30	1º a 30.4.2020
Luciano Bordignon Conte	30	1º a 30.4.2020
Luciano Furtado Loubet	30	4.3 a 2.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1285/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 861/2020-PGJ, de 5.3.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 3 (três) dias de férias compensatórias, que seriam usufruídos no período de 8 a 10.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1286/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 860/2020-PGJ, de 5.3.2020, que concedeu ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 13 a 20.5.2019, que seriam usufruídos nos dias 4, 5 e 15.6.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1287/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 5.5.2020, as férias do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, alterada pela Portaria nº 138/2020-PGJ, de 15.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1288/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4547/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavaleiro dos Santos férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 22 a 30.4.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1307/2020-PGJ, DE 22.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 15.4.2020, os Promotores de Justiça de Campo Grande Humberto Lapa Ferri e Marcos Alex Vera de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, sob a coordenação do Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende, comporem força-tarefa para atuação nos procedimentos em tramitação na 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, coadjuvando nos autos a seguir listados, bem como nos feitos deles decorrentes, até ulterior deliberação:

NÚMERO DE ORDEM	NÚMERO DO PROCEDIMENTO
1.	0008216-78.2016.8.12.0001
2.	0908015-61.2016.8.12.0001
3.	0811877-95.2017.8.12.0001
4.	0900511-67.2017.8.12.0001
5.	0900687-46.2017.8.12.0001
6.	0900720-36.2017.8.12.0001
7.	0900765-40.2017.8.12.0001
8.	0900817-36.2017.8.12.0001
9.	0901037-34.2017.8.12.0001
10.	0901288-52.2017.8.12.0001
11.	0901330-04.2017.8.12.0001
12.	0905590-27.2017.8.12.0001
13.	0004113-28.2016.8.12.0001
14.	0904524-46.2016.8.12.0001
15.	0046875-93.2015.8.12.0001
16.	0046412-54.2015.8.12.0001
17.	0001228-41.2016.8.12.0001
18.	0001896-12.2016.8.12.0001
19.	0024301-42.2016.8.12.0001
20.	0023722-94.2016.8.12.0001
21.	0029619-06.2016.8.12.0001
22.	0029620-88.2016.8.12.0001
23.	0029622-58.2016.8.12.0001
24.	0805728-83.2017.8.12.0001
25.	0811869-21.2017.8.12.0001
26.	0811866-66.2017.8.12.0001
27.	0811864-96.2017.8.12.0001
28.	0811861-44.2017.8.12.0001
29.	0806325-52.2017.8.12.0001
30.	0907958-43.2016.8.12.0001
31.	0045826-17.2015.8.12.0001
32.	0047168-63.2015.8.12.0001
33.	0000900-14.2016.8.12.0001
34.	0026023-14.2016.8.12.0001
35.	0026025-81.2016.8.12.0001
36.	0026028-36.2016.8.12.0001
37.	0845917-40.2016.8.12.0001
38.	0843682-03.2016.8.12.0001

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1281/2020-PGJ, DE 16.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 1241/2020-PGJ, de 14.4.2020, de forma que, onde consta: “Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 19/PGJ/2020...”; passe a constar: “Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 21/PGJ/2020...”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1293/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 32/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/3297/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1294/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1166/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1295/2020-PGJ, DE 17.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/0671/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 20/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

- 1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000402-5** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Averiguar o cumprimento das irregularidades detectadas na condução dos Programas Estaduais Estratégia de Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio à Saúde - NASF, conforme colhido na Visita Técnica nº 654/2014. **Advogado: Denner B. Mascarenhas, OAB-MS nº 6.835 (MASCARENHAS BARBOSA - Advogados Associados).**
- 2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000778-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Marcia Maria Souza da Costa Moura de Paula - Assunto: Apurar denúncia do vereador Carlos Renée de Oliveira Venâncio e da Rádio Caçula e seu sócio administrador de eventual ato de improbidade administrativa cometido pela ex-Prefeita Márcia Moura, em razão de lesivo acordo com o Governo do Estado de renúncia de ações de cobrança (Autos nº 1000.040497 - e outros não especificados). **Advogado: Mário Márcio Souza da Costa M. Filho, OAB-PR nº 65.252 (JANE JUNQUEIRA - Advogados Associados).**
- 3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000804-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcos Rondon Vaz de Melo - Assunto: Apurar ato de improbidade administrativa supostamente praticado pelo médico do Hospital de Anastácio Marcos Rondon Vaz de Melo, que teria recusado atendimento à idosa M.F.P. M.
- 4) Inquérito Civil nº 06.2017.00001256-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS e a Secretaria Municipal de Segurança Pública de Ponta Porã-MS - Assunto: Investigar a prática de ato de improbidade administrativa no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e da Agência Regional do DETRAN/MS em Ponta Porã em razão da cobrança ilegal de taxas e desvio do produto de sua arrecadação relativamente à apreensão de motocicletas estrangeiras durante operações de fiscalização de trânsito.
- 5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001459-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Caarapó - Assunto: Apurar como é realizado o controle/registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos municipais de Caarapó/MS e eventual omissão do Município em fiscalizar/exigir o efetivo registro da frequência destes.
- 6) Inquérito Civil nº 06.2017.00001687-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Investigar a deterioração do patrimônio público e falta de segurança na Escola Estadual Deputado Fernando Cláudio Capibaribe Saldanha, em Ponta Porã-MS.
- 7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000402-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti - Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 09/2010 (Anexos 07 e 08), referente ao Processo Administrativo nº 21/2010 da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS.
- 8) Inquérito Civil nº 06.2018.00000429-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dois irmãos do buriti - Assunto: Apurar eventual irregularidade na Carta Convite nº 017/2011 - Processo administrativo nº 058/2011.
- 9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000575-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Rogério Massaru Watanabe, Ronaldo Borges Silva e Vanderlei Vendramin - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “fazenda Guabiju”, localizada no município de Ponta Porã/MS. **Advogados: Roaldo Pereira Espíndola, OAB-MS nº 19.109 e outros (Espíndola & Paulino - Advogados Associados).**
- 10) Inquérito Civil nº 06.2018.00001405-3** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Katsunori Sato e o município de Pedro Gomes - Assunto: Visando apurar eventuais irregularidades na contratação de Katsunori Sato, Engenheiro Civil, para prestação de serviços de engenharia, bem como para averiguar eventual prática de ato de improbidade por parte deste, vez que há notícias de

que referido servidor (engenheiro civil) realiza atividades de engenharia, analisa e aprova projetos e fiscaliza obras de sua autoria concomitantemente ao serviço público, além de não cumprir regularmente sua jornada de trabalho. (IC nº 01-2012, migrado para o SAJMP).

11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002278-6 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

12) Inquérito Civil nº 06.2018.00002360-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Edemilson Jose Holler e Jonatas Pontes Gusmão - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar indevidamente o recolhimento de numerário proveniente de fiança arbitrada em Inquérito Policial instaurado na Delegacia de Polícia de Antônio João à Conta única do Tribunal de Justiça. **Advogados: Vladimir Rossi Lourenço, OAB-MS nº 3.674 e Rodrigo Marques Moreira, OAB-MS nº 5.104. (ROSSI LOURENÇO Advogados).**

13) Inquérito Civil nº 06.2018.00002559-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a omissão do município de Ponta Porã em regularizar as pendências dos Instrumentais de Gestão relativos ao ano de 2018 perante à SEDHAST gerando por consequência bloqueio do valor mensal do Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

14) Inquérito Civil nº 06.2018.00002801-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a ausência de equipamento de etilômetro devidamente aferido e apto a ser utilizado por policiais militares e agentes de trânsito municipais nos municípios de Ponta Porã, Aral Moreira e Antônio João.

15) Inquérito Civil nº 06.2018.00003075-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Prefeito Municipal - Assunto: Apurar eventual evolução patrimonial incompatível do Prefeito Municipal de Selvíria. **Advogados: Rosana Baptista Lemos N. Britto, OAB-MS nº 22,457-A e Jairo Lemos N. de Britto, OAB-MS nº 11.794 (Baptista e Britto Advogados).**

16) Inquérito Civil nº 06.2019.00000029-6 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. (IC nº 05-2012, migrado para o SAJMP).

17) Inquérito Civil nº 06.2019.00000267-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Almir Fernando Silva - Assunto: Apurar a regularidade do vínculo funcional do servidor público estadual Almir Fernando Silva, considerando a notícia de que exerceria cargo público concomitantemente à existência de vínculo empregatício celetista, com cargas horárias incompatíveis.

18) Inquérito Civil nº 06.2019.00000746-7 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Irineu Ferreira - Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada Sítio Primavera, localizada no município de Mundo Novo-MS, em razão do exercício de atividade de suinocultura sem licenciamento expedido pelo órgão ambiental competente.

19) Inquérito Civil nº 06.2019.00000919-8 - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Claro S/A, OI S/A - Assunto: Apurar eventuais causas de reclamações/denúncias referentes à qualidade do serviço de internet fibra óptica e/ou banda larga prestado pelas concessionárias OI S/A e CLARO S/A. **Advogado: Alessandro Puget Oliva, OAB-PA nº 11.847 (COELHO DE SOUZA – Advocacia). Advogados: Aline Couto, OAB-MS nº 10.284 e outros (OI); e a Advogada: Amanda de P. Fukuyoski, OAB-DF nº 57.345 (ROLIM, VIOTTI & LEITE CAMPOS – Advogados).**

20) Inquérito Civil nº 06.2019.00001413-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Mandioca Ki-Delícia - Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico/sanitárias da empresa denominada "Mandioca Ki-Delícia", passíveis, em tese, de causar prejuízos aos consumidores em geral.

21) Inquérito Civil nº 06.2019.00001553-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Hidráulica Lima Ltda. - ME e o município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa em procedimentos licitatórios deflagrados pelo município de Ponta Porã em que houvera a participação da empresa investigada.

22) Inquérito Civil nº 06.2019.00001560-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João-MS - Assunto: Investigar o não cumprimento pelo município de Antônio João do piso salarial dos agentes de saúde e de combate à endemias fixado pela Lei Federal nº 13.708/2018.

23) Inquérito Civil nº 06.2019.00001664-4 - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S/A - Assunto: Apurar a suposta ineficiência do sistema da Estação de Tratamento de Esgoto Los Angeles.

24) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001754-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da

comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar veracidade da denúncia de uso irregular de maquinários da Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS, em violação aos princípios da moralidade e impessoalidade, bem como ocorrência de demais atos de improbidade administrativa.

25) Inquérito Civil nº 06.2020.00000079-6 - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sete Quedas-MS - Assunto: Acompanhar a saúde pública em relação à epidemia de dengue Municipal.

26) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000094-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Cassilândia-MS - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar os danos em APP e ampliação de barragem sem licença ou autorização ambiental, com interrupção de curso da água na fazenda Clara do Sol.

27) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000188-4 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Cassilândia.

28) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000095-2 (Sigiloso) - 6ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca da comarca de Campo Grande-MS. **Advogada: Juliana de Souza Conceição, OAB-MS nº 19.594.**

29) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001923-0 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Secretaria Municipal de Educação e a Prefeitura Municipal de Sidrolândia - Assunto: Apurar as irregularidades noticiadas na Manifestação nº 11.2019.00002866-1, no que diz respeito à contratação temporária de servidores na Escola Municipal João Batista, Assentamento Che Guevara, fora das hipóteses previstas no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e legislação municipal, e à contratação de professor de geografia sem qualificação.

Campo Grande, 22 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000149 DE 02.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1297/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.690,00 (um mil seiscentos e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000149 de 02.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000163 DE 17.04.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1297/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000163 de 17.04.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/4076/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EFRAT ENGENHARIA - EIRELI**, representada por **Rafael Santos Vasconcelos**.

Licitação: Pregão Presencial nº 3/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de serralheria e cobertura metálica, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços (ferragens, telhas trapezoidais, etc.), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000153, de 02.04.2020.

Vigência: 15.04.2020 a 11.10.2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/PGJ/2014

Processo nº PGJ/10/2672/2014

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA**, representada por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 42/PGJ/2014.

Amparo legal: Artigo 57, §4º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Contrato nº 26/PGJ/2014, por mais 6 (seis) meses.

Valor mensal do Contrato: R\$ 10.621,37 (dez mil seiscentos e vinte e um reais e trinta e sete centavos).

Vigência: 16.04.2020 até 15.10.2020.

Data de assinatura: 15 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ESCOLA DO SESI NAVIRAÍ

Processo nº PGJ/10/1253/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DE MS (Escola do Sesi Naviraí)**, representado por sua Diretora, **Paula Nudimila de Oliveira Silva**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para os alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 08.04.2020 até 08.04.2022.

Data da assinatura: 8 de abril de 2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E FEITOSA & CIA LTDA

Processo nº PGJ/10/2251/2016

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FEITOSA & CIA LTDA**, representada por **Luiz Carlos da Silva Feitosa** e **Elizete da Conceição Rodrigues Feitosa**.

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Convênio, referente à “*veiculação de programa de rádio (áudio) na emissoras AM e FM, sobre o trabalho desenvolvido pelo MPMS e/ou pautas de seu interesse; a veiculação de spots institucionais nas emissoras AM e FM, sobre o trabalho desenvolvido pelo MPMS e/ou pautas de seu interesse, bem como os programas serão produzidos pela Assessoria de Comunicação Social do MPMS, com supervisão e acompanhamento do Supervisor-Geral da Assessoria de Comunicação (ASSECOM)*”, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 14.07.2020 a 14.07.2021.

Data da assinatura: 15 de abril de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 003/2020/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2020.00000546-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ausência de professores para lecionar na Escola Estadual Blanche dos Santos Pereira, de modo que os alunos comparecem na escola, porém não exercem nenhuma atividade escolar.

Campo Grande, 17 de abril de 2020.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0001/2020/76PJ/CGR

A 76.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil: 06.2020.00000241-7

Requerente: 76.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar as possíveis dificuldades enfrentadas pelo serviço social da Santa Casa de Campo Grande acerca do eixo de saída de alguns pacientes após o período de internação.

Campo Grande, MS, 09 de MARÇO de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

76.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0005/2020/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil: 06.2020.00000494-8

Requerente: 76.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar possíveis irregularidades em razão da inoperância de equipamentos de Raio X nas Unidades de Pronto Atendimento Coronel Antonino e Leblon.

Campo Grande, MS, 13 de abril de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

76.^a Promotora De Justiça Da Saúde Pública

EDITAL N. 0006/2020/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil: 06.2020.00000532-5

Requerente: 76.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde e Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as irregularidades verificadas nos Relatórios de Inspeção RDI 19-2019 e Relatório de Inspeção nº 45/2019, referentes ao acompanhamento do Plano de Ação Emergencial do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS, 16 de abril de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

76.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL N. 0007/2020/76PJ/CGR

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil: 06.2020.00000531-4

Requerente: 76.^a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar quantidade excessiva de morte no período de janeiro a outubro de 2019.

Campo Grande, MS, 15 de abril de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

76.^a Promotora de Justiça da Saúde Pública

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 002/1ªPJ/2020

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000519-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução da Ata de Registro de Preços nº 011/2019, consistente na entrega da carne bovina moída fora das especificações do edital e sanitárias.

Aparecida do Taboado/MS, 19 de março de 2020.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

BONITO

EDITAL N. 0002/2020/01PJ/BTO

Número MP: 06.2019.00000997-6

A 1ª Promotoria de Justiça de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00000997-6, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil N. 06.2019.00000997-6

Requerente: Restrito;

Requerido: Restrito;

Assunto: Restrito.

Bonito, em 01 de abril de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 0003/2020/01PJ/BTO

Número MP: 06.2019.00000956-5

A 1ª Promotoria de Justiça de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00000956-5, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil N. 06.2019.00000956-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: a apurar;

Assunto: apurar eventual irregularidade na contratação da pessoa jurídica Brasil Assessoria em Gestão Pública Ltda pela Câmara Municipal de Bonito.

Bonito, em 01 de abril de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

CAARAPÓ

EDITAL 0010/2020/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001465-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CEMA – Centro Marie Ariane.

Assunto: Registrar as atividades de inspeção e/ou vistorias realizadas na entidade de acolhimento institucional de Caarapó/MS (CEMA – Centro Marie Ariane).

Caarapó-MS, 17 de abril de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL 0011/2020/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001463-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Asilo Frei Eucário e Casa Lar São Geraldo.

Assunto: Registrar as atividades de inspeção/vistorias realizadas na Instituição de Longa Permanência para Idoso de Caarapó/MS (Asilo Frei Eucário) e Juti/MS (Casa Lar São Geraldo).

Caarapó-MS, 17 de abril de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0012/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no *endereço eletrônico* <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil: nº 06.2020.00000291-7

Noticiante: Ednalva Vieira da Silva.

Requerido: Município de Glória de Dourados.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais e eventual omissão da Prefeitura Municipal de Glória de Dourados na regularização urbanística de parcelamento de solo para fins urbanos localizado na Avenida Presidente Vargas, bem como na proteção e recuperação de Área de Preservação Permanente constituída pelo Córrego Dois de Junho, desde sua nascente até a lagoa formada em área urbana do referido município.

Glória de Dourados/MS, 15 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça